

-----ACTA 28/2009-----

-----Acta da Reunião Pública de 16 de Novembro de 2009----

-----Aos dezasseis dias do mês de Novembro do ano de dois mil e nove nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente as Assistentes Administrativas, Maria João André Escrevente e Teresa Isabel Matos Alexandre, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, Excelentíssimos Senhores:---

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores Pedro Miguel César Ribeiro, Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos Silva, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina Cardoso e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----A reunião teve a presença de público e da imprensa.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----PERÍODO DO PÚBLICO - O Senhor Presidente referiu: "Se estiverem de acordo, e se alguém do público quiser intervir, se faz favor de usar da palavra."-----

-----Usou da palavra o Senhor Lucas que disse: " Senhor Presidente, eu quero falar - Hoje vou ser muito curto na minha intervenção, embora tenho muitos apontamentos para a próxima, vou apenas e só cumprimentar o novo Executivo, e ao mesmo tempo fazer votos para que não tenha sido transferido a lavandaria de roupa suja do último Executivo para o actual, e para que estas reuniões sejam agradáveis de assistir a quem está daqui a ver tratar de assuntos de interesse para a cidade e para o Concelho. A única coisa que eu quero chamar a atenção da mesa toda e especialmente ao Senhor Vereador que tem o Pelouro da Cultura, porque como sou considerado zelador da Câmara de Almeirim, só

quero pedir para que reparem as paredes da Biblioteca, que devido às infiltrações de água, as mesmas estão a apodrecer devido ao salgadiço, bem como os buracos no tecto falso. Seria com muito prazer que eu gostava de ver aquela biblioteca restaurada, antes do Inverno que está à porta."-----

-----Usou também da palavra o Senhor Manuel Bastos Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Fazendas Almeirim que saudou os sete eleitos pelo povo. Desejou a todo o Executivo as maiores felicidades, e faz votos que a oposição saiba apresentar propostas que sejam discutíveis e exequíveis e afirmou: " Se quiserem votar alguma vez favoravelmente algum investimento na freguesia de Fazendas. Existe um elemento novo, e espero que haja mais ponderação, e que pelo menos as pessoas das Fazendas digam que votaram favoravelmente alguma coisa, que não votaram contra tudo. A todos as maiores felicidades."-----

-----O Senhor Presidente perguntou ao Executivo se algum dos elementos queria-se inscrever no Período Antes da Ordem do Dia. Pediram as inscrições os Senhores Vereadores Aranha Figueiredo e Francisco Maurício, que disse: "Começo por estranhar o facto desta reunião estar a ser gravada, sem que o Regimento da Câmara tenha sido alterado, ou houvesse qualquer deliberação nesse sentido. Isso não tem nada a ver com o facto de eu ser da opinião, ou não, das reuniões serem gravadas. Depois queria agradecer aos nossos ilustres Municípes, os votos de bom trabalho. Quero agora publicamente, dado que já o fiz na primeira reunião, referir que neste renovado Executivo a quem na última reunião desejei a todos os que vão ter responsabilidades operacionais, os maiores sucessos, pois disso dependerá o bem estar de toda a população do Concelho. Notei também que, neste mandato as minhas tomadas de posição, serão feitas em nome de um grupo de cidadãos que represento, Movimento Independente do Concelho de Almeirim, em contraponto com o passado recente, onde sempre pautei as minhas posições, com a minha consciência e em defesa dos supremos interesses do Concelho. Fiz votos que neste mandato, sejam respeitados os direitos da oposição, o que nunca

sucedeu no mandato anterior. Fiz votos que todos os requerimentos apresentados sejam respondidos em tempo útil. Fiz votos que todas as propostas apresentadas sejam agendadas. Fiz votos para que a legalidade de todos os actos administrativos sejam respeitados. Fiz votos para que de todas as actividades do Município, nos seja dado conhecimento atempado. Fiz votos enfim, para que de uma vez por todas seja cumprida a lei.-----

-----Declarei que este novo Executivo deveria teoricamente merecer, da parte do MICA, o benefício da dúvida, ou de algum estado de graça inicial, contudo sabendo da apetência deste Presidente da Câmara para ignorar todos, até os que de perto consigo vão trabalhar, informo que seremos oposição firme, mas consciente a partir do primeiro dia. Pautaremos a nossa postura pela defesa da legalidade, e na defesa intransigente dos interesses de todos os nossos Municípios. Fiz votos para que, os que vão, agora, iniciar as suas funções nos respectivos pelouros, sejam críticos e que coloquem acima de tudo, os supremos interesses do Concelho, combatendo os interesses pessoais com que se irão confrontar."-----

-----Usou da palavra o Senhor Vereador Aranha Figueiredo que disse: "Tinha dito na primeira reunião deste Executivo que guardaria para a reunião pública uma intervenção, enquadrando aquilo que é o Código de Conduta e tanto o Presidente da Junta de Fazendas como o Lucas, acabaram de justificar ainda mais com a sua intervenção aquilo que eu vou dizer a seguir. Nós vamos conduzir a nossa actuação aqui por uma atitude exigente. Exigente porque achamos que os dinheiros públicos, têm que ser criteriosamente aplicados para o bem das populações, exigente porque exigimos que a lei seja cumprida, uma vez que essa é uma forma também de defender a democracia e os próprios cidadãos, bem como o estado de direito e exigente porque acho e entendo que essa deve ser também uma conduta comum a todas as pessoas que são investidas de cargos públicos, como nós fomos no dia onze de Outubro. Segunda atitude, responsável, porque nunca traremos à Câmara propostas que não éramos capazes de defender se tivéssemos do lado da maioria, e portanto a nossa atitude

será de trazer propostas que ajudem a resolver os problemas das pessoas e que sejam exequíveis, que sejam realizáveis, que sejam concretizáveis, para o bem da população do nosso Concelho. Construtiva, porque queremos estar sempre da lado da solução e nunca do lado do problema. É claro que esta atitude, de estar sempre do lado da solução, obriga a que estejamos suficientemente convictos da justeza das propostas que vamos votar, portanto se não estivermos convictos disso, é claro que não podemos passar cheques em branco, a quem quer que seja, se não, não estávamos a fazer o nosso papel enquanto oposição. Portanto, se as propostas, vierem suficientemente fundamentadas, se servirem os interesses do Concelho e os interesses dos Almeirinsenses, terão sempre o nosso apoio, o contrário disso, terão sempre a nossa firme rejeição e nomeadamente aquelas que não têm um enquadramento legal, portanto esta vai ser a nossa atitude ao longo dos quatro anos e é um quadro que permite trabalhar construtivamente para resolver os problemas do nosso Concelho. É para isso que fomos eleitos, e a CDU tem este lema. Ao longo dos trinta e tal anos de poder local democrático, quer em maioria ou minoria, devemos contribuir para a resolução dos problemas das populações. Esta é a nossa atitude, e é com esse espírito que vamos trabalhar ao longo destes quatro anos. Espero que ele seja percebido, nomeadamente pela maioria, e que a maioria não use da maioria absoluta para impor soluções que nem sempre são enquadráveis na lei, ou que nem sempre são as mais justas. Muito Obrigado."-----

-----O Senhor Presidente usou da palavra e disse: "Queria distribuir o esclarecimento da proposta de delegação de competências, na gestão do Pessoal do Presidente para o Vice-Presidente, Vereador Pedro Ribeiro. Era uma falta que estou neste momento a completar."-----

-----Transcrição do documento acima referido: "ESCLARECIMENTO DA PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA GESTÃO DE PESSOAL DO PRESIDENTE PARA O VICE-PRESIDENTE VEREADOR PEDRO RIBEIRO - São Delegadas/Subdelegadas as competências previstas no nº 2 do artº 70º da Lei 169/99 com a nova redacção que lhe foi dada pela Lei

nº 5-A/2002, alíneas a), b), c), d), e), f), g), h), i), j), l), m)."

-----"ESCLARECIMENTO - A Delegação de competências, da Câmara no Presidente, proposta na Reunião de Câmara de 9 de Novembro de 2009, refere-se:-----

-----Do nº 1 do artº 64º da Lei 169/99 com a redacção da Lei nº 5-A/2002, às seguintes alíneas: b), c), d), e), f), g), l), m), n), q), r), s), t), u), v), x), z), aa), bb);-----

-----Do nº 2 do artº 64º da Lei 169/99 com a redacção da Lei nº 5-A/2002, às seguintes alíneas: d), e), f), g), h), i), l), m)-----

Do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99 com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, às seguintes alíneas: c), e); -----

-----Do nº 5 do artº 64º da Lei 169/99 com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, às seguintes alíneas: a), b), c), d);-----

-----Do nº 7 do artº 64º da Lei 169/99 com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, às seguintes alíneas: b), d);"-----

-----O Senhor Presidente continuou o seu discurso e disse: "E a seguir gostava de referir um ou outro aspecto que é apenas uma sensibilização à Vereação, visto que é um assunto que traremos à discussão com a presença de alguns técnicos e juristas, para que nos possam ajudar a esclarecer a questão que eu vou pôr. Algumas instalações de instituições de solidariedade social, foram construídas há muitos anos, neste Concelho, e foram construídas na altura com o apoio da Segurança Social, por um lado, e por outro lado, muitas delas também com o apoio da Câmara e com projectos aprovados pela Segurança Social. Acontece que naquela altura as construções não exigiam por parte da Câmara de uma legalização que viesse a corresponder à emissão da licença de utilização, após terminada a obra. Isto é, foram acompanhadas pelas entidades financiadoras, nomeadamente a Segurança Social, os projectos foram aprovados por eles, no entanto não houve o cumprimento, porque na altura não era exigido, o cumprimento dos preceitos legais que conduziam à emissão da licença de utilização. Neste momento, a questão põe-se, e põe-se com bastante equidade, na medida em que os protocolos com a

Segurança Social para os financiamentos, mesmo para o funcionamento corrente das instituições, e ainda a aprovação de candidaturas para reformulação ou construção de novas instalações e exigem a licença de utilização por parte do Município. Agora acontece que, muitas destas instalações, se tivessem que cumprir os requisitos que entretanto foram legislados, nomeadamente de acessibilidades, ruído e outras, grandes obras teriam que se fazer, e as instituições não têm neste momento meios financeiros para as concretizar, nem possibilidades de serem financiadas porque não têm licença de utilização. A situação que vos ponho neste momento, é que todas elas, estão a fazer pressões nesse sentido, de conseguirem licença de utilização por parte da Câmara. Portanto, dos dois caminhos se pode seguir, ou fazem obras, o que é muito difícil porque os edifícios neste momento em funcionamento possam vir a sofrer as obras que são necessárias para cumprir a legislação, outra das situações é conceder a licença de utilização à luz do projecto que entretanto foi executado ao longo dos anos atrás. Esta questão não é pacífica, é uma questão polémica, mas é uma questão em termos sociais bastante importante para o nosso Concelho. De maneira que estou apenas a levantar a questão e eu já trouxe isto a uma reunião do Executivo anterior, não é uma questão nova, e estou apenas a sensibilizar, porque numa próxima reunião vou pedir para que os técnicos estejam presentes no sentido de podermos discutir isto com eles e tomarmos uma decisão. Como digo, quer a Santa Casa da Misericórdia, quer a Associação de Apoio às Famílias de Fazendas de Almeirim, quer mesmo em Benfica do Ribatejo, estão com o problema nas mãos com muita equidade, e portanto vão ter que resolver o problema. Deixo aqui a ponta do véu para reflectirem e podermos discutir numa próxima reunião."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo disse: " Pegando naquilo que o Senhor Presidente da Câmara acaba de dizer, e corroborando da opinião dele relativamente à importância que esses equipamentos têm para o Concelho, importa resolve-los mas sem comprometer a lei. Uma das questões que eu coloco, como via

para resolver o problema é o seguinte: Eu creio que esta questão não é só uma questão que se coloca ao Concelho de Almeirim, entendo que deve ser, de forma geral, um problema do país. As instituições foram crescendo, a legislação foi-se também desenvolvendo e criando novas exigências, as licenças de utilização não foram passadas atempadamente, e agora querem-se licença de utilização para efeitos de financiamento e não existem essas licenças. O que eu creio, é que valeria a pena falar com o Governo, no sentido de eventualmente ser produzido um despacho que criasse um quadro legal que resolvesse estas situações, para que os Municípios não tenham para resolver, problema, estar comprometer a própria legislação, sob pena de, alguém, e a qualquer momento, poder considerar nula a decisão que o Município toma, por incumprimento da lei.-----

-----A outra questão, Senhor Presidente, por solicitação minha que já veio uma ponta daquilo que são as delegações de competências dos Vereadores, e curiosamente, eu não encontro outro termo, só são delegadas competências no Vice Presidente e Vereador Pedro Ribeiro na área do pessoal, e a questão que eu coloco ao Senhor Presidente é esta. Para já, de acordo com a distribuição dos pelouros, o Senhor Presidente entregou o Urbanismo ao Vice Presidente com excepção do PDM porque quis estabelecer ali um paralelismo de acompanhamento do PDM entre a sua pessoa e o próprio Vice Presidente, o resto do Urbanismo está lá, as competências do Urbanismo não estão delegadas no Vice Presidente. Esta é uma questão que me parece estranha, então como é que o Vice Presidente tem Urbanismo, se não pode despachar qualquer papel sobre o mesmo, os restantes três Vereadores, não têm competências, tem pelouros distribuídos, têm responsabilidades atribuídas mas não têm competências para despachar sobre as respectivas responsabilidades que lhe foram atribuídas. Eu não queria armar-me aqui em delegado sindical dos Vereadores, muito menos dos Vereadores da maioria, a minha preocupação em concreto é que os Vereadores têm um determinado custo para o erário público, e portanto, já quando foi a atribuição dos pelouros, eu chamei a atenção para isso. Vale a

pena ter Vereadores a tempo inteiro se eles tiverem as competências necessárias para o desenvolvimento da sua actividade e assim contribuírem através das competências que lhe foram delegadas para resolver os problemas das pessoas. Se os Vereadores não têm competências delegadas. Então, não são mais que, e sem qualquer desprimor para os Senhores Vereadores, não são mais que encarregados. A Câmara tem forma de contratar encarregados mais baratos do que um Vereador. E portanto acho que a questão tem que ser revista e que à semelhança do que acontece um pouco por esse país fora, e creio que também há maus exemplos como o desta Câmara, acho que o Senhor Presidente deve ver que competências é que pode subdelegar, e chamo a atenção para quem não está muito familiarizado com estas questões, o Senhor Presidente pode avocar a qualquer momento a competência que subdelega, e portanto não tem aqui risco nenhum, mas que subdelegue nos Senhores Vereadores competências no sentido de eles de facto serem Vereadores para nós também podermos estar de consciência tranquila de que o esforço que o erário público está a fazer para pagar a quatro Vereadores a tempo inteiro, mais o Presidente, que seja compensado pelo esforço que eles também fazem dentro das competência que têm, no desenvolvimento da actividade em prol do próprio Concelho. Portanto, fico-me com esta, como comentário final: é um bom início, sempre vêm competências delegadas, mas é necessariamente insuficiente para aquilo que se exige a uma Câmara e descentralização de competências para os respectivos Vereadores."-----

-----O Senhor Presidente disse: "Senhor Vereador o esclarecimento que eu distribui hoje, é porque essas competências estão expressas tal como eu as transcrevi no esclarecimento, na respectiva lei. Portanto não tive dúvidas em fazer o esclarecimento e distribui-lo hoje. Em relação aos outros Vereadores, elas não estão expressas deste modo e portanto, eu queria ter o apoio jurídico necessário para que, nem da minha parte, nem da parte dos Vereadores, possa ser criada alguma situação de incómodo em termos de desempenho futuro. Portanto vou fazer também essa delegação de

competências, mas quero o apoio jurídico que não tive a oportunidade de ter desde a última reunião até agora."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo disse: "Fico satisfeito com o esclarecimento."-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----TRANSFERENCIAS - A pedido das respectivas entidades a Câmara deliberou conceder as seguintes transferências:-----

-----Associação de Dança Desportiva de Santarém, aquisição de lembranças, para oferta na realização do Campeonato Nacional de Dança Desportiva, o Senhor Vice Presidente informou que a factura viria directamente para a Câmara. A Câmara deliberou por unanimidade adquirir os troféus; Associação 20 Quilómetros de Almeirim - Secção de Andebol- 375 euros para pagamento de arbitragem referente à 1ª Fase do Campeonato Nacional da 3ª Divisão; Confraria Gastronómica de Almeirim, 1.000,00 euros para apoio à participação no VII Congresso Europeu de Confrarias Enogastronómicas; UNICEF, 250,00 euros para apoio à actividade; Shotokan Karatenomichi Portugal Associação, 600,00 euros para apoio à realização do 1º Estágio Internacional; Fraterna Ajuda Cristã, 350,00 euros para apoio na venda de Natal; Associação Portuguesa Amigos de Raoul Follereau, 110,00 euros para apoio à sua actividade; Corpo Nacional de escutas - Agrupamento de Fazendas de Almeirim, 250,00 euros para apoio à realização do Arraial de S.Martinho.-----

-----O Senhor Presidente apresentou a carta da Comissão Administrativa do Núcleo do Sporting do Concelho Almeirim, solicitando ajuda financeira para evitar o encerramento do núcleo. A última direcção fechou as portas, e não entregou a chave a ninguém.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Aranha referiu: "Nós devemos ter um método de apoiar as instituições e eu espero também de vir a fazer alguma cultura durante este mandato relativamente a essa questão. Nós não podemos apoiar o funcionamento das instituições, se não estamos a adiar uma morte inadiável. Nós

temos que apoiar actividades, e é no âmbito das actividades que as instituições exercem, que a Câmara deve apoiar, porque se não, estamos a alimentar nados mortos, quero dizer, não é solução. Exemplo. Outras Câmaras já o fizeram, constituir um regulamento de apoio às colectividades e instituições que operam no Concelho, que são imprescindíveis, e digo que a maioria delas tem um trabalho meritório. Deveríamos criar um regulamento no sentido de criar estas condições. No início do ano faz-se um contrato programa, e nós tínhamos isso no nosso programa eleitoral, onde é estabelecido com a Câmara este contrato, fazem estas iniciativas ao longo do ano e a Câmara, dá um valor pela realização das iniciativas. A Câmara no fim do ano faz o balanço com essas colectividades. Há-de haver alguém na Câmara que vai vendo o que é que eles vão fazendo, se vão concretizando ou não as iniciativas que se comprometeram com a Câmara, e se concretizaram, tudo bem, no próximo ano têm direito a financiamento outra vez. Se não concretizaram, ou têm justificação por não ter concretizado, ou então, não estamos a alimentar estruturas. Portanto, criamos o hábito às pessoas de saberem que o que é financiado são as actividades que vão exercendo em prol da população. E não o financiamento da estrutura para meia dúzia de indivíduos estarem ali a beber copos, também não é desajustado, mas há lugares para beber copos, não é obrigatoriamente numa sede de colectividades. Uma sede de colectividades é para exercer funções, ou promover actividades que integrem os jovens numa actividade lúdica e recreativa que os leve a não seguir outros caminhos que não são nada agradáveis de se saber. Portanto, subsídios à estrutura não, ou têm actividades em concreto, e pedem financiamento à Câmara e nós avaliamos, pontualmente enquanto não houver regulamento. Já que estou no uso da palavra, quero referir o seguinte, nós demos uma série de subsídios, eu estou muito preocupado com o nível de apelos que é feito à Câmara, não sei se há o habito de as pessoas irem à Segurança Social, ou se vêm directamente à Câmara, porque acham que é mais fácil obtê-lo aqui. Isto são claramente funções da Segurança Social, o apoio a

estas famílias com dificuldades que são reveladas nesses relatórios, mas chamo a atenção que muitos dos apoios que a Câmara deu, é para obras, e eu espero que não esteja a financiar obras clandestinas. Portanto essa é outra preocupação." -----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: " Primeiro em relação e este ponto, do Núcleo do Sporting do Concelho de Almeirim, eu quero pedir a escusa de participar na deliberação e nem sequer vou comentar os termos em que o pedido é feito. Em relação à intervenção do Aranha Figueiredo e de uma leitura que fiz, e acho que todos fizemos do relatório da IGAL, é um dos factos apontados é que falta a esta instituição regulação de subsídios às colectividades. É apontada de uma forma até veemente. Quero só recordar que em tempos, apresentei uma proposta de regulamento completamente aberta à discussão, à complementação, à alteração, a este Executivo que regulamentasse a atribuição de subsídios, e foi liminarmente chumbada pela maioria do anterior Executivo, tendo o Senhor Vereador Pedro Ribeiro na altura, Vereador do Desporto, declarado que pessoalmente iria elaborar um regulamento para a atribuição de subsídios, coisa que não aconteceu."-----

-----O Senhor Vice Presidente disse: " Eu não gostava muito de me pronunciar sobre o Relatório da IGAL, até porque, segundo parece, está em Segredo de Justiça, mas parece que o Segredo de Justiça neste país é o que é. É só fazer um comentário paralelo de que não está lá nada dito que seja ilegal sobre essa questão. Segunda questão, tem a ver com a atribuição de subsídios e foi solicitado que também houvesse uma proposta de como é que nós quantificávamos aquilo que eram os critérios de uma suposta formula. Isso também ficou em `águas de bacalhau' e ninguém apresentou essa proposta. Voltando a esta questão em concreto, eu concordo naturalmente que as Associações, e sempre fomos a favor disso, de que se pudesse dar aqui alguns apoios, sobretudo à realização de alguns eventos. Já aqui passaram alguns, no entanto não posso deixar de dizer que as Associações e sobretudo em momentos de crise, vão dependendo bastante dos poderes públicos para poderem por vezes ter condições para subsistirem,

e se não forem esses apoios, a maioria acabará, quer seja no âmbito cultural, quer seja no âmbito desportivo, quer seja até, no âmbito social. Portanto não me custa que a Autarquia possa aqui dar um conjunto de apoios, que obviamente têm que ser pontuais e que são perfeitamente específicos, daquilo que tem a ver com as necessidades que uma determinada associação, colectividade, etc, tem em determinados momentos."-----

-----O Senhor Presidente disse que: "Em relação ao pedido do Sporting, pelo menos uma questão se levanta. No pedido não vem mencionado o valor em causa, embora venha anexo uma dívida apresentada por uma empresa fornecedora de cafés, no valor de dois mil oitocentos e trinta e oito euros."-----

-----A Câmara deliberou consultar os valores em causa.-----

-----De referir que o documento ficou na posse do Senhor Presidente.-----

-----DIREITO DE SUPERFICIE - Presente o requerimento de Banco Espírito Santo, SA solicitando autorização para vender o direito de superfície correspondente à fracção autónoma sita na Praceta da Coopeal, bloco seis, segundo direito em Almeirim.-----

-----A Câmara deliberou não usar o direito de preferência.-----

-----LIMPEZA DE COLECTOR - Foi presente a informação interna da Secção de Taxas e Licenças, da Coordenadora Técnica, Ana Casquinho, dando conta se encontra para débito ao tesoureiro a importância de cento e oitenta e um euros e cinquenta cêntimos, referente aos serviços de limpeza de fossa e de esgotos, executados no ano de 2009.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade, mandar debitar o valor em dívida ao tesoureiro.-----

-----GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL - Foram presentes várias comunicações deste Gabinete, todos devidamente contextualizados, onde são solicitados apoios diversos.-----

-----Postos a votação, mereceram os seguintes Despachos:-----

-----Maria Odete Duarte Moreira, residente em Fazendas de Almeirim, que solicita apoio para melhoria das condições habitacionais.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade retirar a proposta, para clarificação da situação.-----

-----Bruna Alexandra Rodrigues Pacheco, residente na Rua Angola, nº 52 em Almeirim, onde solicita apoio de material para remodelação da sua habitação.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade apoiar com o respectivo material.-----

-----Maria Emília Lopes Rita, residente em Casal Moreira, Marianos, que solicita apoio monetário da Autarquia, para construção de mais um quarto na sua habitação. Apresenta orçamento da Firma Quitério e Quitério, Lda, no valor de 443,27 euros.-----

-----Posto à votação o assunto, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

-----Olinda Luzia Guardiano da Cruz, residente na Rua da Ajuda, nº 207, em Fazendas de Almeirim. Solicita apoio para construção de quartos. Depois da visita efectuada pelo Gabinete de Acção Social, é referido que a família apresenta "sinais exteriores de riqueza", e que "terá condições para fazer face aos melhoramentos solicitados".-----

-----Posto à votação, foi deliberado não conceder qualquer apoio a este pedido.-----

-----Maria Luísa Nunes Leandro, residente na Rua Coronel António Manuel Batista, em Fazendas de Almeirim. Solicita apoio para aquisição de material para melhoria das condições habitacionais, no valor de 709,20 €, conforme orçamento apresentado.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade apoiar o valor acima referido, para aquisição do material.-----

-----Vera Lúcia Pais, a quem foi atribuída uma habitação da Santa Casa da Misericórdia, na Rua Guerra Junqueiro, em Almeirim, da qual havia uma dívida de água da moradora anterior. A Santa Casa não assume esta dívida por se tratar de uma cedência e não de um arrendamento.-----

-----Por ordem do Senhor Presidente da Câmara, foi em 13 de Outubro de 2009 mandado proceder à ligação do contador, sem que a dívida tenha sido paga, para utilização de Vera Pais.-----

-----De referir que a anterior moradora, Maria João Marques Cardoso faleceu, não tendo deixado quaisquer bens, até porque vivia numa casa cedida e não arrendada pela Santa Casa da Misericórdia.-----

-----Posto à votação, para ratificação, foi deliberado ratificar a decisão.-----

-----Adosinda Conceição Ribeiro Pinto, residente na Rua de Alpiarça, nº 45, em Almeirim, que solicita ajuda para pagamento da factura da electricidade em atraso, no valor de 104,28 euros.-----

-----Posto o assunto a votação, foi para o mesmo deliberado pagar o valor acima referido.-----

-----Dolores da Luz Fazendeiro, residente na Rua Joaquim Colaço Cardoso em Almeirim. Requer ajuda monetária para pagamento de factura de luz e água no total de 102,40 euros.-----

-----O Executivo deliberou custear no valor total das facturas.-----

-----Josefa Cardoso Ascensão, residente na Rua 1º de Maio em Foros de Benfica, que solicita apoio para construção de uma casa de banho e tinta para pintura da casa. -----

-----Posto a votação o assunto, foi deliberado apoiar no solicitado pela requerente.-----

-----Joana Filipa Duarte Silva, moradora na Rua Edmundo Manuel Loureiro da Gaga em Foros de Benfica, que solicita apoio para pagamento de lentes para óculos, dado que a óptica ofereceu as armações. O valor das mesmas é de 84,60 euros.-----

-----O Executivo deliberou proceder ao pagamento deste valor.---

-----Foi presente uma informação do Gabinete de Acção Social, onde consta informação de uma dívida na Farmácia Central no valor de 31,62 euros, de medicamentos para a Srª Maria Lucinda Godinho e seu neto. É informado que os medicamentos foram levantados com autorização da Ex Vereadora Joana Vidinha.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Aranha referiu: "Senhor Presidente a questão que se coloca aqui é a seguinte: Será que a

Vereadora tinha legitimidade para autorizar despesas desta ordem."-----

-----O Senhor Presidente respondeu: " Por isso é que vem a esta reunião de Câmara."-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Aranha referiu: " Então, vem a reunião para ratificar. A Senhora Vereadora tinha competência para autorização? Se ela não tinha competência é um acto ilegal. Portanto eu não quero inviabilizar esta questão, até porque não estou em condições de saber da justeza desta questão ou não, isso são despesas de farmácia. Quis intervir neste momento para que as coisas, nomeadamente no que diz respeito aos dinheiros públicos, e lá estamos nós com a questão da exigência, não sejam tratados desta maneira. Há formas de fazer a despesa pública e essas formas têm que ser respeitadas. E neste caso concreto, ela não foi de certeza. Muito Obrigado."-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade pagar o valor acima indicado, à Farmácia Central de Almeirim.-----

-----PEDIDO DE APOIO - O Senhor Presidente apresentou o caso de um funcionário da Câmara, que está na seguinte situação. " O Joaquim contraiu um empréstimo para a aquisição de um apartamento, tendo simultaneamente feito um crédito pessoal para adquirir algum equipamento, pelo que tem como encargos fixos quinhentos e oitenta e cinco euros. Deduzindo os encargos aos rendimentos, fica com cerca de cem euros, para água, luz, alimentação e despesas regulares indispensáveis à sua sobrevivência. Desde catorze de Outubro que está sem luz, a EDP não perdoa. Visto que ele deve cento e catorze euros e oitenta e cinco cêntimos de luz e também deve a factura de água, no valor de vinte e seis euros e catorze cêntimos. Vem pedir ajuda à Câmara para pagar. Este caso considero-o um pouco diferente pelo seguinte. Ele é um funcionário Camarário, tem o seu ordenado regular.Com o sonho de comprar uma habitação ficou com encargos mensais que absorvem a quase totalidade do seu vencimento. Ele neste momento pede para pagar a luz e a água porque está em atraso, mas o mês que vem terá o mesmo problema, o outro mês vai

ter o mesmo problema e assim sucessivamente. É um bocado complicado. O sonho de ter uma habitação própria é natural, mas é preciso saber viver."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo disse: "Isto é uma questão estrutural, não é conjuntural. Portanto não dá para resolver com uma medida conjuntural. Tem que se encontrar outra medida. Acho que os Serviços Sociais deveriam avaliar a situação e ser retirada a proposta."-----

-----O Senhor Vice Presidente disse: "Eu não me choca que possamos apoiar desta vez, dizendo que expressamente, isso será uma situação pontual. "-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: "Não sei qual é o futuro que vão ter estas reuniões de Câmara. Penso que teremos que nos debruçar sobre o Regimento oportunamente. Não sei se vão haver reuniões públicas e privadas, se vão ser todas públicas, melhor, mas se houver públicas e privadas, não me parece, porque isto parece-me uma devassa da vida privada de cada um, estarmos aqui a falar de nomes, das situações, a pôr dúvidas sobre elas ou a pedir esclarecimentos sobre elas. É uma situação que a mim não me agrada absolutamente nada assistir."--

-----E acrescentou: "E já agora quero estranhar o facto de ser o Senhor Presidente a apresentar todos esses casos, quando temos um Vereador responsável pela Acção Social. O que seria lógico era que os diversos casos fossem apresentados pelos respectivos Vereadores, que têm responsabilidades nessa matéria."-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade, fazer uma abordagem para perceber a situação futura.-----

-----De referir que o documento ficou na posse do Senhor Presidente.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo disse: "Já agora, e referente a este caso, embora as pessoas tivessem vindo colocar o problema à Câmara e quando vêm colocar o problema à Câmara, o problema tem que ser público, e a iniciativa é delas, e tendo também, em consideração àquilo que o Vereador Francisco Maurício disse, sugeria que os nomes não fossem citados, e portanto que citássemos só aquilo que está em causa para decidir e para a

Câmara é suficiente saber as razões de atribuição do subsidio sem conhecer o nome e sem dar conhecimento público da situação."-----

-----RENDAS EM ATRASO - O Senhor Presidente apresentou as informações da Técnica Superior, Cláudia Afonso, que a seguir se transcrevem: ""Relativamente ao pedido apresentado em 2009/10/22 por Manuel Maria Gonçalves Conceição, arrendatário do 2º direito do prédio sito na Av. 25 de Abril, n.º 11 em Almeirim, para proceder à liquidação das rendas em dívida ao Município, mediante plano de pagamentos, informo V. Ex.ª que:-----

1º - Conforme foi informado em 2009/07/29 existem 139 rendas mensais em dívida;-----

2º - Por deliberação de Câmara de 2009/08/26 foi deliberado avançar com processo de despejo;-----

3º - Em 2009/10/22 vem o arrendatário requerer autorização para amortizar a dívida, mediante plano de pagamentos, pagamento mensalmente 50€ para além do valor da renda;-----

4º - Entre o Município e o arrendatário já tinha sido acordado (em 2005/04/18) um plano de pagamentos, que o arrendatário entretanto deixou de cumprir.-----

-----Face ao exposto, deixa-se à consideração superior o deferimento do pedido apresentado ou a intenção de avançar com o processo de despejo."-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade concordar com a entrega de cinquenta euros mensais mais o pagamento da renda mensal.-----

-----Foi também presente a informação da mesma Técnica, relativa à petição de Maria Modesto Mendes Bento Marmelo, como segue: "Em nome de Maria Modesta Mendes Bento Marmelo é apresentado pedido de autorização para amortização das rendas em dívida, referente à fracção sita na Av. 25 de Abril, n.º 34 - 1º andar em Almeirim, num regime de plano de pagamentos de 50 euros mensais, acrescidos ao valor da renda.-----

-----De acordo com o Mapa de Resumo de Dívida de Rendas, que se anexa, verifica-se que estão em atraso 12 rendas, no valor de 230,86€ (já com agravamento).-----

-----Por deliberação de Câmara de 2009/08/26 foi deliberado avançar com processo de despejo.-----

-----Assim, deixa-se à consideração superior o pedido de amortização da dívida, mediante o seguinte plano de pagamentos:

Data de pagamento	Valor da renda	Valor para amortização da dívida	A Pagar	Valor em dívida
				230,86 €
Dezembro de 2009	13,08 €	30,86 €	43,94 €	200,00 €
Janeiro de 2010	13,08 €	50,00 €	63,08 €	150,00€
Fevereiro de 2010	13,08 €	50,00 €	63,08 €	100,00 €
Março de 2010	13,08 €	50,00 €	63,08 €	50,00€
Abril de 2010	13,08 €	50,00 €	63,08 €	0,00 €

-----A Câmara deliberou aceitar a proposta de entrega de cinquenta euros mensais, acrescido do valor da respectiva renda mensal. -----

-----Foi ainda presente a seguinte informação: "Serve a presente para informar V. Ex.^a que, IDÁLIA DO ROSÁRIO CARDOSO arrendatária da Moradia n.º 37 do Bairro Ancofa em Fazendas de Almeirim, hoje esteve presente nestes serviços e pagou as 25 rendas mensais em dívida ao Município, no valor de 367,17€, sem juros, conforme deliberação de Câmara de 2009/09/16. -----

-----Para além desse pagamento, também pagou as rendas até Dezembro de 2009, pelo que neste momento, encontra-se regularizada a situação.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----AUTOCARRO - A Câmara deliberou contabilizar as despesas dos autocarros ao serviço das respectivas entidades: Casa de Repouso S. João Batista, 1.586,84 euros; Rancho Folclórico "Os Camponeses da Raposa", 565,07 euros; Associação 20 Quilómetros de Almeirim - Secção de Andebol - 741,07 euros; Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Paço dos Negros, 264,67 euros; União de Veteranos de Almeirim, 248,51 euros; Junta de Freguesia de Almeirim, 65,64 euros; Jardim de Infância Conde Sobral, 67,01 euros; Hóquei Clube "Os Tigres", 592,64 euros;

USAL, 288,27 euros; Centro de Bem Estar Social de Almeirim, 239,06 euros; Rancho Folclórico "Os Maduros", 430,43 euros; Agrupamento de Escolas de Fazendas, Raposa e Serra 1.338,29 euros; Estabelecimento Prisional de Alcoentre, pelo transporte de reclusos ao serviço do Município, 4.623,96 euros.-----

-----DESPESAS DE SAÚDE - O Senhor Presidente apresentou a carta de Joaquim Alberto Bento da Silva Casimiro Leandro, funcionário da Autarquia que sofreu um acidente de serviço do qual resultou uma incapacidade permanente de dez por cento, solicitando que lhe seja paga a diferença não paga pela ADSE na consulta de cirurgia geral no valor de setenta e cinco euros e na consulta para relatório médico de cirurgia geral no valor de quarenta e cinco euros.-----

----Foi presente outro pedido do referido funcionário, solicitando o pagamento de despesas de farmácia do ano de dois mil e seis, no valor de cento e seis euros.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Aranha perguntou se existem serviços sociais na Câmara, qual é a sua função e se não têm meios para socorrer estas situações. -----

-----O Senhor Presidente respondeu que não, é deliberado caso a caso em reunião de Câmara.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade pagar a diferença do valor não participado pela ADSE e pagar as despesas de saúde e farmácia, a pagar directamente à farmácia.-----

-----SITUAÇÃO FINANCEIRA - O Senhor Presidente apresentou a carta da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, comunicando que o novo Executivo eleito, e que tomou posse no dia vinte e nove de Outubro passado, encontrou uma situação financeira que lhe é difícil suportar, na medida em que, as receitas que têm, quer da transferência do Orçamento de Estado, que já foram entretanto gastas pelo Executivo anterior, no último trimestre do ano, e as transferências que a Câmara faz, no dia vinte respectivo, mas encontraram um saldo negativo de treze mil seiscentos e noventa e quatro euros e um cêntimos, para o qual

pedem ajuda da Câmara pelo facto de não terem receitas que permitam fazer face a este saldo negativo. Depois fazem o desdobramento das receitas e despesas. Ponho o assunto à vossa consideração."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo disse: "Está ali um Presidente de Junta, com certeza que não vai estar contra aquilo que eu vou dizer, que é o seguinte: As Juntas de Freguesia têm um protocolo de descentralização, e no âmbito desse protocolo de descentralização devem ser atribuídas as verbas necessárias à execução das tarefas descentralizadas, ou das competências que foram descentralizadas. As Câmaras não podem financiar Juntas sem ser através de protocolos de descentralização de competências, ou então financiar acções em concreto que a Junta leve a cabo. Portanto, se a Junta tiver um evento qualquer que diga que não tem dinheiro que chegue para isso, dêem-me uma ajuda para suportar o evento, a Câmara tem legitimidade para o fazer. Para financiar a Junta, da forma como esta proposta vem feita, ela é, em minha opinião ilegal. Vou votar contra."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: "Eu também quero subscrever as palavras do Aranha. Estarei sempre disponível para apoiar pontualmente as organizações das Juntas de Freguesia, para suprir saldos negativos na mudança de gerência, não. "-----

-----O Executivo deliberou remeter o assunto ao Consultor Jurídico, e a busca de um protocolo que eventualmente possa acorrer a uma situação deste tipo."-----

-----O assunto foi entregue ao Consultor Jurídico, por protocolo.-----

-----TRANSITO - O Senhor Vice Presidente apresentou as duas proposta que abaixo se transcrevem: "Atendendo à necessidade que a Santa Casa da Misericórdia tem em que os jovens utentes do Conde Sobral passem a entrar pela Rua Conde Sobral. Proponho que à semelhança do que acontece na Rua da Ermida, se reserve um lugar para o autocarro durante os dias úteis."-----

-----"Atendendo a que a atribuição dos apoios às colectividades Desportivas foram decididas no início do Verão e atendendo ao facto de a Secção de Andebol da Associação 20 Quilómetros de Almeirim possuir neste momento o mesmo número de equipas, proponho que o apoio mensal passe a ser de mil e novecentos euros por mês, entre Outubro de dois mil e nove e Setembro de dois mil e dez."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo referiu que: " Eu digo que em relação a isto, e não me refiro ao conteúdo das propostas, refiro-me à forma da sua apresentação à Câmara. Esta não é forma nenhuma de apresentação. Vamo-nos entender sobre isto, a Câmara é um órgão responsável pelos seus actos, e os actos que pratica não podem ser assentes num papel manuscrito, num simples papel de rascunho. Não pode."-----

-----O Senhor Vice Presidente referiu: " Vereador sempre foi assim."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo disse: " Eu sei que foi, mas estou cá para fazer alguma coisa de novo, pelo menos é esse o objectivo. Portanto rejeitá-las-ei todas as que vierem assim. Peço desculpa, se quiserem continuar a mete-las a votação, terão todas o meu voto de contra."-----

-----O Senhor Vice Presidente disse: " O Senhor Presidente é que decide."-----

-----Postas à votação, foram ambas as propostas aprovadas por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador Aranha Figueiredo.--

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: "Eu queria esclarecer o seguinte: sobretudo ali ao meu novo colega Aranha Figueiredo, eu também em determinada altura do mandato anterior, exigi que as propostas viessem redigidas, viessem fundamentadas e durante algum tempo recusei-me a votar essas propostas. Dei origem ao inferno. Agora espero pacientemente, e já vi que deve ter alguma capacidade de influência junto deste Executivo, temos esta reunião gravada, e acho que isso é uma vitória sua, quero felicitá-lo por isso. Nunca se conseguiu em mandato anterior, mesmo com a sua colega a exigi-lo diariamente. Em relação à elaboração e apresentação das propostas de uma forma digna,

estou perfeitamente consigo, mas estou um bocado cansado de bater na mesma tecla. Espero que o Executivo que detém a maioria absoluta de uma forma incontestável, espero que tenha o bom senso de tornar mais digno os actos, porque nós também os subscrevemos, até quando nos abstermos estamos a subscrever os actos."-----

-----ARRENDAMENTO DE INSTALAÇÕES - O Senhor Presidente apresentou a proposta do seguinte teor, referente ao arrendamento das lojas 17, 18 e 19 do Edifício da Lezíria Retail Park:-----

-----"Considerando que a Formação Profissional a ministrar em parceria com o Centro de Emprego de Santarém, é muito útil a quem a frequenta;-----

-----Considerando que o levantamento feito, registou um número significativo de candidatos;-----

-----Considerando que pelo Centro de Emprego o Edifício da Lezíria Retail Park foi considerado adequado para o fim;-----

-----Proponho:-----

-----Que a Câmara contrate o arrendamento das lojas 17, 18 e 19 pelo valor pedido de 5,00/m²/mês."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício pediu o uso da palavra e disse: " Li a documentação, vi a localização das lojas e tive o cuidado de fazer a soma dos metros quadrados. Dá-me um total de mil seiscentos e noventa e oito euros de renda. Li também o mail anexo, que pede nove salas de formação, semelhantes às salas de aula, porque pelo número de formandos interessados deve ser semelhante às salas de aula, com cerca de trinta e seis metros quadrados. Mas vai implicar intervenção física e que não deve ser pequena. Pergunto, quem vai pagar isto, se é o Centro de Emprego se é a Câmara Municipal, ou se são os dois em parceria, porque está informação não faz parte da documentação que nos foi distribuída. Também achei estranho o seguinte, com o aluguer dos espaços para o CDOS pagamos a seis euros o metro quadrado, agora vamos pagar a cinco euros. Não sei porquê, se tem a ver com a actividade, se tem a ver com a desinflação.

Gostava de perguntar se esta operação é um ajuste directo. Pergunto se continua em curso uma acção intentada pelo dono do Lezíria Retail Park, contra a Câmara Municipal, ou vice versa, que tem a ver com a venda dos terrenos onde está instalado o Feira Nova."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo disse: " A Câmara tem as suas competências, é claro também que a função formação é competência do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Logo aí surge a primeira dúvida. Soube também que a Câmara alugou um espaço para instalação do Agrupamento do Centro de Saúde. A saúde também é competência do Estado e portanto a Câmara não tem que pagar funções que são do Estado. Os recursos são escassos e parece-me que o Estado está a fazer chantagem, no sentido de dizer, nós só vamos para aí dar formação se nos cederem as salas. Isto é obrigar as Câmaras a gastar dinheiro onde não devem. As competências do Poder Central não têm que ser financiadas pelas Câmaras. As Câmaras podem colaborar, identificar espaços, e informar, mas não assumir despesas que não são da sua competência. Daí que não estarei de acordo com esta proposta."-----

-----O Senhor Presidente disse: "Falaram aqui de três questões, foram da Formação Profissional, do CDOS e a Coordenação dos Centros de Saúde. É certo que a Câmara podia ter tomado a posição de recusar de disponibilizar instalações para que estivessem cá estes serviços. Mas também é certo que não os teríamos cá. Porque normalmente estamos a concorrer com outras Câmaras que pretendem a instalação desses outros Serviços. O CDOS foi um daqueles em que o poder de antecipação de Almeirim permitiu trazer para cá, essa infraestrutura. Dou razão quando me diz que são da competência da Administração Central e que a Câmara não devia disponibilizar instalações. Isto é um problema debatido há muitos anos, desde que estou na Câmara que ouço falar nisso e até ao nível da Associação Nacional de Municípios, se tem discutido o assunto. Eu defendo a teoria que não deve haver uma fronteira entre as Autarquias e o Governo. A Câmara não deve ficar à porta dos Ministérios, bem como os Ministérios

não devem ficar à porta da Autarquia sempre que a cedência por parte das Autarquias traga alguns dividendos para o Concelho. Neste caso é evidente que sim. As salas que se pretendem alugar para instalação da formação, foram consideradas próprias para os fins em vista, sendo que é evidente, vão precisar de alguma divisão que os próprios serviços de emprego vão encaminhar. O que está expresso no mail parece-me que é mais que suficiente para fundamentar esta disponibilização da nossa parte. Como é referido `realizamos uma série de sessões de divulgação junto dos desempregados do Concelho de Almeirim nas quais resultaram um conjunto de interessados em frequentar as seguintes acções de formação profissional: jardineiro trinta e um candidatos; operador de armazém, quarenta e dois; floristas, quarenta e três; apoio familiar à comunidade onze, e outros com vinte e oito, trinta e sete etc. Estes candidatos são desempregados, como é referido. Parece-me que isso é mais que importante para que a Câmara disponibilize instalações para a realização destas acções. Esta formação procura ocupar os desempregados do nosso Concelho, como ainda dar-lhe uma informação útil para ocupações futuras e eventualmente conseguirem outra ocupação que até agora não lhes é acessível. Portanto é também, para além da formação profissional, um objectivo de carácter social a que a Câmara de Almeirim não pode recusar."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício referiu: "Posso deduzir pelas suas palavras que a Câmara de Almeirim é responsável por tudo. Pelo mobiliário, pelo equipamento, recorde que são solicitadas cinco salas com equipamento informático. É esse o papel que cabe à Câmara de Almeirim? Muito Obrigado."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo pediu a palavra e disse: "O Senhor Presidente não referiu muitos mais argumentos que me levem a alterar a minha posição inicial. Com estas atitudes o Estado vai limitando os meios à Instituições descentralizadas. Essas Instituições para fazerem o que devem não têm dinheiro e vêm junto das Câmaras e temos um ciclo vicioso. A colaboração com o Governo não é necessariamente o Governo passar sistematicamente despesas que são da sua

competência para o domínio dos Municípios. Daí eu ter alguma rejeição relativamente a esta questão, acrescido do facto de que as obras de adaptação e o recheio das salas correrem também por conta do Município. A eles só compete a colocação dos formandos, e a Câmara que assuma o resto das despesas. Não posso estar de acordo com isso, que permanentemente se faça chantagem em relação ao poder reivindicativo das Câmaras para espreme-las como foi feito em relação ao CDOS e em relação à questão do Agrupamento do Centro de Saúde. Vou abster-me e só não voto contra porque está um causa uma situação muito séria. O Governo está fortemente empenhado, porque estes alunos que vão frequentar estas formações saem da estatística de desemprego. Portanto, servem também para baixar a estatística de desemprego. O Governo está fortemente empenhado nisso, portanto a Câmara faz-lhe o favor."-----

-----Posto o assunto à votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com 5 votos a favor da Bancada do PS, 1 voto contra do Senhor Vereador Francisco Maurício e 1 abstenção do Senhor Vereador Aranha Figueiredo.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício leu a seguinte declaração de voto: "Em primeiro lugar, falta a apresentação do respectivo cabimento orçamental para esta proposta de elevados custos: renda de cerca de 1700 Euros, obras de remodelação e equipamento informático para 5 salas. Estamos, também, perante uma proposta de contrato de arrendamento por ajuste directo que não é justificado por razões de urgência ou circunstâncias excepcionais.-----

-----Não foi devidamente fundamentada e não nos parece que este contrato se enquadre no previsto no Decreto-Lei n.º 34/2009 de 6 de Fevereiro, para concretizar medidas prioritárias, sendo assim terá que ser cumprido o previsto no Código de Contratação Pública, nomeadamente e no caso de se enquadrar no contrato por ajuste directo - se de facto o mesmo não ultrapassar os 75 mil euros - acho que não deve ultrapassar - o convite, pelo menos a três entidades distintas para apresentação de propostas.-----

-----Nenhuma documentação nos foi facultada sobre esta

conformidade legal, nem foram fundamentadas as razões de urgência ou circunstâncias excepcionais, pelo que, o MICA vota contra e faz voto de vencido.”-----

-----O Senhor Vice Presidente ditou a seguinte declaração de voto: “Queria só justificar o voto a favor, atendendo que se trata de cerca de trezentas pessoas, trezentos desempregados que vão ter formação profissional num conjunto de áreas, muitas delas importantes, aliás vai se dizendo que é necessário diversificar as áreas em que os Portugueses devem ter formação, para depois poderem ter novas profissões. Portanto acho que é bastante importante que estas trezentas pessoas possam ter a possibilidade com esta decisão que a Câmara tomou. Também é bom de referir, no que diz respeito e segundo as informações que temos, os arrendamentos não têm que ter essa especificidade que aqui foi dito que decorre da nova Lei dos Contratos Públicos, até porque, se nós quiséssemos cada vez que alugamos um espaço, tivéssemos que fazer um concurso para alugar um espaço e espaço. Espaços diferentes têm preços diferentes e mais uma vez as coisas estavam subvertidas. Portanto acho que o espaço em causa terá dignidade e terá a funcionalidade necessária, para que cerca de trezentas pessoas e eu repito o número trezentas pessoas, possam sair da situação em que se encontram.”-----

-----PROCOLO DE PARCERIA LIMPAR PORTUGAL - O Senhor Presidente apresentou a proposta do seguinte teor:-----

-----“O projecto Limpar Portugal (PLP) é um movimento de cidadãos que tem como objectivo a limpeza das lixeiras ilegais existentes na Floresta Portuguesa, no dia 20 de Março de 2010 e, através do sucesso desta iniciativa, promover uma sensibilização para fomentar comportamentos ambientalmente sustentáveis.-----

-----O PLP aceita parcerias com entidades publicas e/ou privadas, colectivas e/ou individuais, abaixo designadas por Parceiros, que pretendam de alguma forma colaborar para atingir os objectivos propostos, nomeadamente através da cedência dos seus serviços, equipamentos e/ou produtos. Tal cedência não poderá contemplar donativos em dinheiro sob qualquer forma.-----

-----1 - O Parceiro, Câmara Municipal de Almeirim, compromete-se a ceder ao PLP, a título de oferta, empréstimo ou outra, os seguintes bens ou serviços:-----

-----* Apoio logístico, nomeadamente em máquinas e veículos de transporte de resíduos recolhidos,-----

-----* Apoio nos transportes aos voluntários que necessitem de se deslocar aos locais combinados,-----

----- Divulgação na iniciativa pelos meios disponíveis à autarquia, nomeadamente através da nossa página da Internet, folhetos, etc.-----

-----Empréstimo e/ou cedência de utensílios necessários à acção, nomeadamente ferramentas e sacos de recolha de lixo.-----

-----Outro apoio logístico que se mostre pertinente neste espírito de colaboração e tendo em vista o sucesso da iniciativa.-----

-----2 - Como contrapartida, o PLP autoriza o Parceiro a utilizar os logótipos oficiais devidamente contextualizados no "Dossier de Comunicação" fornecido, comprometendo-se o Parceiro a respeitar os parâmetros definidos para cada circunstancia.-----

-----3 - O PLP compromete-se a analisar, e reserva-se o direito de aprovar, outras situações de utilização do Logótipo & "Letering" propostas pelo Parceiro.-----

-----4 - Tal utilização destina-se a identificar o Parceiro como apoiante do projecto, dando dessa forma o retorno em sinergias e "goodwill" por parte do público em geral, e visibilidade Nacional à iniciativa.-----

-----5 - Para além da contrapartida mencionada no ponto 2, o Parceiro terá o seu nome reproduzido na página da Internet oficial do evento em www.limparportugal.org,assim como nos documentos impressos (virtual ou analogicamente) em que tal seja relevante.-----

-----6 - Os nomes dos Parceiros serão anunciados/divulgados por ordem da data de assinatura do protocolo."-----

-----Posto o protocolo a votação, foi deliberado aceitar esta minuta por unanimidade.-----

-----CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTO DO CENTRO PAROQUIAL DE ALMEIRIM--
-----O Senhor Presidente da Câmara apresentou a proposta do
seguinte teor, relativa ao terreno a ceder ao Centro Paroquial,
para construção de Equipamento Social:-----
-----"Considerando que a Câmara tinha em tempo, correspondido a
solicitação Do Centro Paroquial para lhe ceder o terreno dos
Viveiros, junto à GNR, para Construção de Equipamento Social;---
-----Considerando que se ponderou a hipótese de num futuro
(imprevisível) as forças de segurança virem a precisar de
ampliação;-----
-----Considerando que o espaço entre o Jardim dos Charcos e o
Centro Escolar de Almeirim está destinado a equipamento, por
força daquele loteamento;-----
-----Proponho:-----
-----Que a disponibilização do ponto 1 passe para a localização
dos Charcos e que se faça a cedência nesse lugar.-----
-----O Senhor Presidente informou: "Tinha sido disponibilizado o
terreno na Zona dos Viveiros, junto da Guarda Nacional
Republicana, para construção de um equipamento social ligado à
infância e à terceira idade, e mais recentemente temos vindo a
pensar na hipótese de, mais tarde ou mais cedo as forças de
segurança virem a precisar de fazer a ampliação das suas
instalações e ficarem desabonadas porque o terreno está ocupado
com a edificação social. Este facto fez com que se procurasse um
espaço alternativo que pudesse vir a ser disponibilizado para o
Centro Paroquial instalar aquele equipamento. Existe no
loteamento onde se está a construir o Centro Escolar de
Almeirim, um espaço entre o Centro Escolar e o Jardim dos
Charcos, destinado a equipamento por cedência do loteamento.
Existe também outro espaço no topo daquele arruamento, portanto
para além do Centro Escolar destinado, também por cedência
daquele loteamento a zona verde. Estão os dois espaços
disponíveis, no entanto o que se situa entre o Centro Escolar e
os Charcos é por força do loteamento, mesmo destinado à
construção de equipamento. Isto é, estaria mais facilmente

disponível para a instalação de um equipamento daquele tipo. Embora o outro, por alteração do Plano de Pormenor para ali estudado, pudesse também ser utilizado. Esta proposta não é defendida por todos, no entanto fi-la para proporcionar a discussão entre os elementos do Executivo."-----

-----O Senhor Vice Presidente disse: " Eu concordo com a mudança de espaço em primeiro lugar, e na análise que faço entre os dois espaços disponíveis, e se fosse tecnicamente possível, eu preferia que fosse no topo, ou seja no terreno mais junto à circular. Salvaguardando que o espaço em causa dê para aquilo que eles querem fazer, que seja possível fazer a troca e que tudo isto seja possível em tempo útil para que eles possam fazer as candidaturas e portanto não prejudicar aquilo que era a possível aprovação do projecto. Mas é apenas e só uma opinião condicionada com estas três questões."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo usou da palavra e disse: "Primeira questão, qualquer alternativa ao espaço frente ao cemitério para um lar da terceira idade, é melhor. As pessoas que vão para o lar, pensavam que é só passaram o muro e portanto não era boa solução. É mais indicado o espaço junto à GNR para a expansão do quartel. Em termos das soluções que estão a ser preconizadas, eu chamo a atenção do seguinte: durante a campanha eleitoral tivemos oportunidade de falar das questões relativas às instalações do Instituto da Vinha e do Vinho e da importância que haveria para o Concelho fazer daquelas instalações um museu, onde a vinha e o vinho estivessem muito presentes mas também a história de Almeirim e nos seus aspectos mais significativos, e naquilo que foi a importância de Almeirim na historia do país. Nós para construirmos um equipamento desta natureza teríamos que ter estacionamento. A criação de estacionamento para apoio a este equipamento nesse espaço, não sei se esta preocupação está vertida na proposta, e se não está, este era mais um argumento para ir ao encontro da proposta do Vereador Pedro Ribeiro. Remeter o equipamento para junto da variante, libertando aquele espaço para espaço verde, num contínuo com o jardim dos Charquinhos. Daria para fazer um contínuo verde com os

Charquinhos. Queria ainda chamar a atenção de que isto tem que ser muito bem negociado com o loteador, uma vez que qualquer alteração ao loteamento sem a sua aprovação pode levá-lo a exercer o direito de reversão e mandar isto tudo por água abaixo. Nem que seja para fazer equipamento no sitio do equipamento. Porque uma coisa é fazer o equipamento por iniciativa pública, outra coisa é fazer equipamento por iniciativa privada, e ele também podia dizer 'se o terreno era seu, cedeu-o para equipamento, também pode fazer ali um equipamento'. Eu conheço casos destes em que o direito de reversão foi decidido favoravelmente ao loteador. Portanto muito cuidado com esta situação. Não se queira resolver um problema e criar três."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: " Parecem-me pertinentes essas questões legais, mas vão surgir, quer seja num local quer seja noutra. Em termos da proposta que nos é apresentada, parece-me que e pelo que está escrito no ofício do Centro Paroquial, que o Centro Paroquial terá concordado com a permuta para aquele local exactamente, ou seja o terreno a permutar é entre os Charcos e o Centro Escolar. Parece-me que isto levaria a nova conversa com o Centro Paroquial. Sugiro que na proposta a apresentar futuramente figure o número de metros quadrados de que se está a falar. Acho que é um elementos muito importante que deve constar na proposta, a área do terreno a ceder, a sua localização exacta para que pudéssemos debruçar e aprovar, com certeza esta permuta."-----

-----O Senhor Presidente referiu: " O que estamos aqui a discutir é a possibilidade de uma localização, que se ofereça ao Centro Paroquial em troca dos Viveiros. É evidente que pelas razões que constam na proposta, foi sugerido ao Centro Paroquial a possibilidade de localização naquele terreno imediatamente a seguir aos Charcos e pelas razões que eu acabei de dizer, por força do loteamento se destinar a equipamento e não a zona verde. Mas se o Executivo entender que o espaço da Zona verde é mais apropriado, claro que, se desenvolveram todas as diligências, nomeadamente ver se o terreno é capaz para o

projecto, que neste momento o Centro Paroquial terá pensado, e isso exige também um contacto com o Arquitecto que está a fazer o projecto. Diligências nossas para fazer a troca de zonas verdes com zona de equipamento, contacto com o loteador para saber até que ponto a sensibilidade dele admite esta troca. Enfim, são uma série de diligências que têm que ter como recta guarda a nossa decisão de localização. E é isso que está aqui em discussão."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo disse: "Eu defenderia que com a competente alteração ao loteamento que ela fosse feita na placa verde, se lá couber. Não sabemos se há espaço para isso, também nos falta esse elemento. A outra questão é que o loteador, em consequência prescindida do direito de reversão, por escrito, para não haver problemas de futuro."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse que também subscreve esta posição.-----

-----O Senhor Presidente disse: " Parece-me ser opinião generalizada que devemos trabalhar para que o equipamento se possa vir a instalar naquilo que hoje é destinado a zona verde. Ninguém se opõe. "-----

-----O Senhor Vice Presidente referiu: " Atendendo a que até fui eu que levantei a questão, gostaria de referir que caso os taimings, têm a ver com as candidaturas que eles necessitam fazer, antes era o PARES, agora há-se ser outro, de Fundos da Segurança Social, que isso também não ficasse prejudicado até porque infelizmente este tipo de candidaturas nem sempre se repetem no tempo, e portanto isso não fique prejudicado com a nossa decisão. Eu sou um defensor, mas com esta questão salvaguardada."-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade fazer diligências para instalação do equipamento na nova localização, ou seja no espaço que agora está destinado a zona verde, junto à circular urbana.-

-----PEDIDO DE REPARAÇÃO DE VIATURA - Foi presente o pedido em nome de Maria da Luz Gaudêncio Sérgio, residente na Rua 25 de Abril, em Marianos, onde solicita apoio para arranjo do seu

carro, com o qual teve um acidente, no dia 3 de Setembro de 2009, sito na Estrada que liga Marianos à Adega Cooperativa da Gouxá, ao deslocar-se para Almeirim para duas reuniões no Jardim de Infância número 3, na Zona Norte, em Almeirim. O pedido é acompanhado de informação do Consultor Jurídico, Dr. Vítor de Sousa.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo disse: "Nós não podemos enveredar por este caminho. Por muito que nos custe, por muito que nós consideramos que este era um caso que justificaria o subsidio. Uma pessoa tem um acidente quando vem a caminho do trabalho e depois vem pedir um subsídio à Câmara para reparar o automóvel, há todos os dias e todas as horas neste Concelho e se nós abrimos um precedente, porque é que não damos aos outros. Mesmo sendo funcionário da escola, não se deve dar, porque se vier um funcionário da Câmara como se faz? Eu acho, independentemente da justiça que aqui há que não se podem abrir precedentes desta natureza sob pena de vir em catadupa pedidos deste tipo, e depois se damos a uns porque é que não damos aos outros. "-----

-----O Senhor Vereador José Carlos referiu que foi pedido um parecer ao jurista, Dr. Vítor de Sousa, que diz exactamente, nas primeiras linhas, que a responsabilidade é única e exclusiva da reclamante.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício sugere que a reclamante se dirija às Estradas de Portugal e pedisse a indemnização. Reconhece que a estrada não tem as condições mínimas para circulação.-----

-----Posto o assunto a votação, foi deliberado por unanimidade, não conceder qualquer tipo de apoio para o arranjo da viatura.-----

-----ACTA - Foi distribuído por todo o Executivo a acta da reunião de nove de Novembro do corrente ano, para consideração.-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das

senhas de presença.-----

-----Às dezassete horas e doze minutos foi encerrada a reunião.-

-----E nós, _____,
_____,
Assistentes Administrativas desta Autarquia, elaboramos a
presente acta, que lavramos e subscrevemos a qual vamos assinar
com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Administrativa
